

**D E C R E T O    N° 2.361/2003**

**SÚMULA:** Regulamenta o processo de avaliação de desempenho dos integrantes do quadro próprio do magistério, para fins de promoção horizontal na carreira.

**NILTON DE SORDI JUNIOR**, Prefeito Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que dispõe os artigos 10 e 11 da Lei nº 2290/2001, de 18 de dezembro de 2001.

**D E C R E T A**

Art. 1º - O processo de avaliação de desempenho para fins de promoção horizontal na carreira, conforme estabelece os artigos 10 e 11 da Lei nº 2290/2001, de 18 de dezembro de 2001, fica regulamentado pelo presente Decreto.

Parágrafo Único - Por avanço horizontal entende-se a promoção de uma referência para outra, dentro da mesma classe em que se encontra o profissional do magistério a ser avaliado.

Art. 2º - Participarão do processo de avaliação de desempenho todos os profissionais da educação que integram o quadro do magistério, nos cargos de Professor e Assistente Infantil, à exceção daqueles que estiverem:

- I. no período de estágio probatório;
- II. em licença sem vencimentos, ou tenham retornado à sua funções há menos de seis meses da data da publicação deste Decreto;
- III. na condição de aposentado;
- IV. afastados por motivo de saúde ou doença profissional por mais de seis meses;
- V. à disposição de outros órgãos alheios à educação;
- VI. submetidos a processo administrativo;
- VII. na condição de inaptos, física e mentalmente, ou readaptados, comprovação por perícia médica;

Parágrafo Único - O profissional da educação que tiver mais de 06 (seis) faltas injustificadas no ano também não será avaliado.

Art. 3º - A avaliação de desempenho para avanço horizontal abrangerá os aspectos de:

- I. avaliação de conhecimento;
- II. aperfeiçoamento profissional;
- III. qualidade do trabalho;
- IV. disciplina e responsabilidade;
- V. interesse e cooperação no trabalho;
- VI. assiduidade e pontualidade;
- VII. iniciativa e criatividade;
- VIII. relacionamento humano no trabalho;

Art. 4º - A avaliação de desempenho será precedida de um cadastro funcional, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 5º - A execução da avaliação de desempenho abrangerá os seguintes critérios básicos.

- I. participação em cursos de capacitação ou aperfeiçoamento (com ou sem avaliação final);
- II. conclusão de segundo curso de graduação ou pós-graduação;
- III. dedicação profissional (assiduidade e pontualidade);
- IV. exercício de funções ou atividades extras;
- V. trabalhos publicados;
- VI. produtividade e desempenho das funções.

Art. 6º - A avaliação de conhecimentos abrangerá conteúdos específicos para o exercício da função do profissional do magistério e estará associado às atividades e conteúdos de capacitação promovidos pela Secretaria Municipal de Educação ou outro órgão oficial ou aceito.

Parágrafo Único - Os cursos de capacitação com avaliação final, serão aceitas somente aqueles promovidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º - A aferição da qualificação profissional será assegurada através de créditos definidos conforme Anexo II deste Decreto, mediante a comprovação da participação em cursos de formação, aperfeiçoamento, capacitação, seminários e outros correlatos, realizados e concluídos dentro do período de 2 (dois) anos a partir do último avanço horizontal.

Parágrafo Único - Para efeito do primeiro avanço horizontal após a aprovação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério, serão considerados todos os cursos iniciados a partir de 01 de janeiro de 1999, à exceção dos cursos de formação em nível de graduação ou de pós-graduação, que terão validade independentemente da data de conclusão.

Art. 8º - A aferição da dedicação profissional será efetuada através de declaração da chefia imediata onde conste as ausências injustificadas e a pontualidade do profissional do magistério, conforme critérios estabelecidos no Anexo II.

Art. 9º - O exercício de funções e atividades extras e de trabalhos publicados, serão avaliados conforme critérios estabelecidos no Anexo II, exercidos nos dois últimos anos, ou a partir de 1º de janeiro de 1999, para esta primeira avaliação.

Art. 10 - A avaliação da produtividade e desempenho das funções será efetuada segundo critérios definidos no Anexo III deste Decreto e abrangerão a avaliação realizada pela Comissão da Unidade Escolar ou da Comissão Central.

Art. 11 - Terá direito à promoção horizontal o profissional do magistério que obtiver um mínimo de 250 (duzentos e cinquenta) pontos, segundo pontuação constante dos anexos e globalizadas no Anexo V, obtidos através da média da ficha funcional de avaliação.

Parágrafo Único - Para efeito desta primeira avaliação de desempenho, será promovido à referência seguinte o profissional do magistério que obtiver o mínimo de 250 (duzentos e cinquenta) pontos nesta única avaliação.

Art. 12 - O profissional de educação poderá avançar apenas uma referência a cada dois anos.

Art. 13 - O profissional do magistério que obtiver menos do que 150 (cento e cinquenta) pontos em duas avaliações contínuas ou três alternadas será objeto de processo administrativo por insuficiência de desempenho, conforme consta do artigo 25, § 2º, II do Plano de Carreira Municipal.

Art. 14 - Será constituída uma Comissão Central de Avaliação, composta de cinco membros, sob a presidência do Secretário Municipal da Educação, que terá a atribuição de coordenar todo o processo de avaliação de desempenho.

Art. 15 - Em cada unidade escolar será constituída uma Comissão de Avaliação de Desempenho de cinco membros, constituída pelo Diretor, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional, Secretário Escolar e um professor, indicado pelos seus pares, que terão a responsabilidade de avaliar todos os professores da escola.

§ 1º - No caso da unidade escolar não dispuser de Coordenador Pedagógico ou Orientador Educacional, estes serão substituídos por membros da Secretaria Municipal da Educação e Cultura .

§ 2º - Os professores que integram a Comissão serão avaliados pelo Diretor, Coordenador Pedagógico, Orientador Educacional, Secretário Escolar e um professor indicado por ele.

§ 3º - O Diretor, Coordenador Pedagógico e Orientador Educacional será avaliados por uma comissão constituída de três docentes da unidade escolar e dois integrantes da Comissão Central de Avaliação.

§ 4º - Os profissionais do magistério que desenvolvem atividades de natureza técnico-administrativo serão avaliados pela Comissão Central de Avaliação.

§ 5º - A avaliação dos profissionais que se encontram nas condições referidas no parágrafo anterior serão avaliados pelos critérios estabelecidos no Anexo II, não se aplicando a eles os critérios relativos à atividades docente ou de suporte pedagógico, calculando-se a média dos pontos de forma proporcional aos demais professores.

Art. 16 - O profissional do magistério que, no período de avaliação, tiver trabalhando em dois locais distintos, será avaliado pela comissão da unidade escolar que tiver trabalhando por mais tempo.

Parágrafo Único - Se o tempo de serviço nos dois estabelecimentos for o mesmo, a avaliação será realizada por uma comissão mista de cinco membros, formada por integrantes da comissão de cada unidade.

Art. 17 - Se o professor possui dois cargos ou desenvolve duas funções distintas, deverá ser avaliado em cada um dos cargos ou funções, cuja progressão será definida em cada cargo.

§ 1º - Em caso de exercer a mesma função em dois cargos, porém em estabelecimentos diferentes, o professor deverá ser avaliado em cada unidade pelas comissões respectivas.

§ 2º - Executando as mesmas funções no mesmo estabelecimento, a avaliação é única, computando-se o mesmo número de pontos para os dois cargos.

Art. 18 - Os membros da Comissão Central de Avaliação, se servidores efetivos, serão avaliados por uma comissão formada por dois diretores e dois coordenadores, todos do quadro do magistério municipal, sob a presidência do Secretário Municipal de Educação.

Art. 19 - O resultado da avaliação de desempenho deverá ser referendado pelo Secretário Municipal de Educação e Cultura e também pelo responsável pela Divisão de Recursos Humanos.

Art. 20 - Do resultado da avaliação de desempenho caberá recurso fundamentado ao Secretário Municipal de Educação e Cultura, no prazo de três dias úteis, contados da ciência do resultado.

Parágrafo Único - A Comissão Central de Avaliação, excluída a participação o titular do órgão, deverá emitir parecer prévio ao recurso, dentro do mesmo prazo.

Art. 21 - Após a conclusão do processo de avaliação de desempenho a Secretaria Municipal de Educação e Cultura encaminhará relatório à Divisão de Recursos Humanos com a relação dos professores que tiverem direito à progressão funcional e demais observações pertinentes.

Art. 22 - A primeira avaliação de desempenho abrangerá as atividades desenvolvidas pelo profissional do magistério no período de 01 de janeiro de 2003 a 30 de novembro de 2003 e as seguintes a partir de 01 de janeiro de cada ano e término no dia 30 de novembro do mesmo ano.

Art. 23 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Central de Avaliação de Desempenho.

Art. 24 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado Paraná, em 15 de dezembro de 2003.

**Nilton de Sordi Junior**  
Prefeito Municipal